

MODIFICAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL

Gelson Amaro de Souza

*Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito
de Presidente Prudente-SP (ITE). Procurador Aposentado do Estado
e Advogado militante.*

1 - EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL

A petição inicial pode ser emendada antes ou depois de ocorrida a citação do réu. Entretanto, é de se ressaltar que, o alcance desta modificação depende da atual posição do processo. A emenda, antes da citação, terá um alcance e se após a citação o alcance será outro, mais restrito.

2 - ANTES DA CITAÇÃO

Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa (art. 294, CPC.)

Esta norma está com a nova redação dada pela Lei nº 8.718/93, que antes dizia que quando o autor omitisse, na petição inicial, algum pedido, somente através de outra ação poderia fazê-lo.

A intenção do legislador foi simplificar, pois, se ainda não houve citação, não aperfeiçoou a relação processual e por isso, nada obsta a emenda da inicial. Entretanto, disse apenas que o autor

poderá aditar o pedido. Parece-nos que a lei disse menos do que pretendia. Não é crível que o legislador quisesse apenas referir-se ao pedido e não às partes e à causa de pedir. Além do mais, está autorizando incluir novos pedidos ou apenas aditar (alterar) aquele já feito? Pensamos que a intenção do legislador foi autorizar a inclusão de pedido novo e não simplesmente alterar aquele já feito.

A seguir, uma interpretação pelo método histórico, é de se concluir que antes do aperfeiçoamento da relação processual é possível a alteração de quaisquer dos elementos identificadores da ação que são o pedido, as partes e a causa de pedir.

3 - APÓS A CITAÇÃO

A situação muda quando a citação já foi realizada. Neste caso, incide a norma do art. 264, do CPC, que exige a anuência do réu para que ocorra a modificação do pedido e da causa de pedir. Todavia, restringe esta modificação. Admite-se a modificação apenas do pedido e da causa de pedir, devendo ser mantidas as mesmas partes, ressalvadas tão-somente as substituições permitidas por lei (arts. 41/43, CPC). Em relação ao pedido e à causa de pedir a regra do art. 264, CPC permite a modificação com diminuição (retirada de algum pedido ou causa de pedir) ou aumento com inclusão de algum pedido novo ou causa de pedir nova. Com relação às partes, somente permite as substituições previstas em lei e não a exclusão (de quem está no processo) ou inclusão de pessoas ainda não constantes do processo.

Nota-se que a norma é restritiva. Somente permite a modificação das partes, ocorrentes as hipóteses dos arts. 41/43, do CPC. Entre estas hipóteses, prevalecem as substituições necessárias (art. 43, CPC). As substituições voluntárias somente podem ocorrer estando de acordo a parte contrária (art. 42, § 1º, CPC).

Pergunta-se: por que o legislador impôs esta restrição? A resposta parece-nos intuitiva. Uma vez ocorrida a citação, forma-

se ou aperfeiçoa-se a relação processual entre as partes originárias. Ao pretender-se modificar o pedido e a causa de pedir, o autor deve buscar a concordância do réu. O réu por sua vez poderá concordar ou não com esta alteração. Como isto fica no poder de disposição do réu, ele escolhe o que melhor lhe convier.

Por outro lado, a alteração da ação em relação às partes não está no poder de disposição do réu e por isso ele não pode dispor sobre interesse alheio, que é do terceiro que ainda não se encontra nos autos.

Ao se falar em alteração das partes, necessariamente há de incluir alguém que não participa do processo e o réu não pode dispor em relação ao interesse alheio.

Enquanto a questão estiver entre causa de pedir e pedido contra o réu, este poderá dispor. Mas, em relação à inclusão de terceiro no processo, o réu não pode dispor. Esta inclusão está fora de seu poder de disposição, pois envolve interesses de terceiro sobre os quais o réu não pode dispor.

Esta é a razão da restrição da parte final do art. 264, do CPC que expressamente impõe, ... *mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.*

Por fim, uma última restrição encontra-se no parágrafo único, que proíbe a alteração do pedido e da causa de pedir após o saneamento (art. 331, CPC). Após o saneamento do processo não haverá modificação, de nada adiantando eventual acordo entre as partes.